

STF

Entidades
querem férias
de 30 dias
para juízes

Na busca pela modernização do sistema de Justiça, o Grupo de Estudos do Supremo Tribunal Federal (STF) coletou sugestões de entidades da sociedade civil que propõem uma série de alterações na rotina forense. Ao todo, foram recebidas 95 contribuições, das quais 87 serão consideradas para debate. A consulta integra os trabalhos do núcleo, instituído pelo presidente do STF, ministro Edson Fachin. De natureza consultiva, o grupo tem entre suas atribuições fomentar o debate sobre o aperfeiçoamento do sistema de Justiça, sistematizar e analisar propostas apresentadas por instituições e entidades da sociedade civil e elaborar estudos voltados à eficiência jurisdicional, à governança e ao acesso à Justiça. O sistema de Justiça compreende o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia Privada e a Defensoria Pública. Algumas entidades abordam questões sensíveis e tabus para os magistrados, como as férias. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), em vigor há 47 anos, garante aos magistrados dois meses de descanso, além dos períodos de feriados prolongados e recessos de fim de ano, entre outras vantagens. O Instituto República, por exemplo, sugere vedação de férias superiores a 30 dias. A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná, recomenda férias de 30 dias para os juízes, sem acúmulo com recesso e conversão em pecúnia excepcional via precatório.**PÁGINA 7**

Rio

Bandidos usam
ônibus como
barricadas na
Zona Norte

PÁGINA 5

PRÉVIA

IPCA-15
tem deflação
de 0,4%
em agosto

PÁGINA 3

TESOURO

Dívida Pública sobe 0,22% em
julho e supera R\$ 9,2 trilhões

A incidência dos juros da dívida pública impediu a Dívida Pública Federal (DPF) de cair em julho. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 9,268 trilhões em junho para R\$ 9,288 trilhões no mês passado, alta de 0,22%. Em junho deste ano, o indicador havia superado a barreira de R\$ 9 trilhões. Apesar da alta, a dívida pública está abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de

Financiamento (PAF), apresentado em janeiro e revisado ontem, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 0,31%, passando de R\$ 8,921 trilhões em junho para R\$ 8,948 trilhões em julho. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 61,91 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em títulos prefixados. **PÁGINA 2**

VOTAÇÃO



RICARDO STUCKERT/PR

Governo e Congresso acertam
pautas de esforço concentrado

O presidente Lula acertou com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pauta de votação para o esforço concentrado do Congresso marcado para a próxima semana. O martelo foi batido após um almoço no Palácio da Alvorada, a convite de Lula. Os temas definidos foram: a votação das propostas de emenda à Constituição (PECs) do fim da escala de trabalho 6x1 e da Segurança Pública; o fim da chamada taxa das blu-

sinhas; a votação do projeto de minerais críticos; e a votação do projeto Redata, que facilita a construção de data centers no país. Lula comemorou o acordo e disse que o entendimento do esforço concentrado, marcado para a semana de 31 de agosto a 4 de setembro, foca nas pautas prioritárias para a sociedade brasileira. “O que é importante que a gente tenha a dimensão do que é prioritário, e votar essas coisas que vocês vão colocar na pauta é uma prioridade do povo brasileiro”, disse Lula. **PÁGINA 6**

TSE

Mendonça propõe tese para julgar deep fake

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), propôs na terça-feira passada uma tese jurídica para balizar os julgamentos sobre uso ilegal de deep fake nas redes sociais durante a campanha eleitoral. As deep fakes ocorrem pela criação de conteúdo artificial para prejudicar candidatos. A divulgação desse tipo de conteúdo é proibida pelo TSE. No entendimento de Mendonça, é preciso diferenciar o conteúdo sintético produzido por IA, que tem regras es-

tabelecidas pela Corte, e casos de deep fake, para garantir a segurança jurídica das decisões. "Considera-se deep fake o conteúdo sintético de áudio, vídeo ou combinação de ambos que, mediante criação, substituição ou alteração digital de imagem ou voz, apresente grau de realismo ou verossimilhança objetivamente apto a produzir falsa percepção de autenticidade quanto a manifestação, comportamento, fato ou circunstância representados", propôs o ministro. **PÁGINA 7**

INDICADORES																						
IBOVESPA (0,01% / 174.586,26 / 9,46 / Volume: 29.790.464.965 / Negócios: 3.670.277)									Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-1,16% (jul.)	EURO turismo							
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,07% (jul.)	Compra: 6,0720	Venda: 6,2520				
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.											
PETR4	41,45	+0,24	+0,10	TELB3F	18,90	+39,07	+5,31	RCSL4	0,57	-24,00	-0,18	Dow Jones	53.839,99	+0,13								
ONCO3	1,920	+9,71	+0,170	TELB3	18,98	+37,54	+5,18	RCSL4F	0,58	-22,67	-0,17	S&P 500	7.798,99	+0,65								
BBAS3	19,52	-0,26	-0,05	TELB4	9,35	+23,68	+1,79	ONCO11	0,330	-17,50	-0,070	US Tech 100	29.284	+1,16								
BBDC4	16,99	+1,25	+0,21	TELB4F	9,33	+21,17	+1,63	PLAS3F	1,83	-16,82	-0,37	Euronext 100	1.974,94	+0,11								
CSAN3	3,71	-1,07	-0,04	AZEV4F	1,79	+15,48	+0,24	BRKM5	3,52	-14,36	-0,59	CAC 40	8.650,56	-0,28								
									FTSE 100		10.772,67	-0,56										
														Taxa Selic	(06/08)	14,00%	CDI	(06/08)	13,90%	DÓLAR Ptax - BC		
														TR	(27/08)	0,1732%	OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 656,03	DÓLAR comercial		
														Poupança	(27/08)	0,6741%	EURO Comercial	Compra: 6,0022	Venda: 6,0028	DÓLAR turismo		
																		Compra: 5,1604	+0,22%	Compra: 5,1507		Venda: 5,1512
																				Compra: 5,1731		Venda: 5,3531

MERCADOS

Bolsa fica no zero a zero com inflação no Brasil e nos EUA

JULIANA MACHADO/AE

Dividido entre um cenário de relativa melhora da inflação no Brasil, mas uma marginal piora nos EUA, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou o pregão de ontem, no zero a zero (+0,01%), sustentando-se na faixa dos 174 mil pontos. O Índice Bovespa (Ibovespa) chegou a atingir o maior nível em três semanas (+0,98%) pela manhã, mas perdeu força ao longo do dia, indo à mínima em 174.208,48 pontos

Os ventos do exterior fizeram a cautela predominar nos negócios locais após a divulgação, pela manhã, do PCE, índice de preços mais usado pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) para definir os rumos da política monetária. Os dados vieram ligeiramente acima do esperado, o que mantém viva a expectativa de que os juros nos EUA poderão seguir em nível restritivo.

Segundo a ferramenta CME FedWatch, que mede a projeção do mercado para o juro americano por meio dos negócios nos contratos de juros futuros, cerca de 64% dos investidores esperam em setembro uma manutenção dos juros na atual faixa de 3,50% a 3,75% - e os demais 36% já esperam alta das taxas.

CÂMARA

Motta indica petista para presidência da comissão da MP das Blusinhas

GABRIEL MÁXIMO/AE

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou ontem, que indicou o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) para a presidência da comissão mista que analisará a Medida Provisória (MP) que derriba a "taxa das blusinhas".

Avança no Congresso Nacional a MP que acaba com a "Taxa das Blusinhas". Indiquei o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) para a Presidência da Comissão Mista que analisará a medida. A relatoria é de atribuição do Senado Federal.

Em diálogo com os presidentes Lula e Davi Alcolumbre, acordamos votar a matéria na próxima semana. O fim da taxa é uma demanda da população e vai aliviar o bolso de milhões de brasilei-

Nota

TCU DÁ AVAL PARA PRORROGAÇÃO POR 30 ANOS DO CONTRATO DE 6 DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval ontem, para a renovação contratual de mais seis distribuidoras de energia elétrica. Na lista estão: Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Neoenergia Coelba, Energisa Mato Grosso, Neoenergia Cosern, Neoenergia Elektro e Energisa Sergipe O processo conjunto foi votado em sessão plenária no período da tarde desta quarta-feira. A Corte de Contas avalia o trâmite regulatório e legal que levou à decisão do governo em prorrogar tais contratos por 30 anos. Ou seja, é avaliado o procedimento na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e no Ministério de Minas e Energia (MME).

TESOURO

Dívida Pública sobe 0,22% em julho e supera R\$ 9,2 tri

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A incidência dos juros da dívida pública impediu a Dívida Pública Federal (DPF) de cair em julho. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 9,268 trilhões em junho para R\$ 9,288 trilhões no mês passado, alta de 0,22%. Em junho deste ano, o indicador havia superado a barreira de R\$ 9 trilhões. Apesar da alta, a dívida pública está abaixo do previsto.

De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro e revisado ontem, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 0,31%, passando de R\$ 8,921 trilhões em junho para R\$ 8,948 trilhões em julho. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 61,91 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em títulos prefixados. A apropriação de R\$ 89,95 bilhões em juros, porém, impediu a queda do endividamento.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 14% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamen-

to do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 198,14 bilhões em títulos da DPMFi. Desse total, R\$ 124,11 bilhões corresponderam a títulos vinculados à Selic. Os resgates em julho somaram R\$ 260,05 bilhões, motivados principalmente pelo elevado volume de vencimentos de títulos prefixados, típicos do primeiro mês de cada trimestre.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 2,12%, passando de R\$ 347,71 bilhões em junho para R\$ 340,06 bilhões em julho. O principal fator foi a queda de 1,92% do dólar no mês passado.

COLCHÃO

O colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) subiu pelo quarto mês seguido. Essa reserva passou de R\$ 1,346 trilhão em junho para R\$ 1,346 trilhão em julho, o maior nível desde o início da série histórica, em 2015.

Atualmente, o colchão cobre 7,81 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,76 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

Com o vencimento de títulos prefixados, a composição da DPF variou da seguinte forma de junho para julho:

- Títulos vinculados a Selic: 49,32% para 51,11%;
 - Títulos corrigidos pela inflação: 25,9% para 26,02%;
 - Títulos prefixados: 21,04% para 19,22%;
 - Títulos vinculados ao câmbio: 3,74% para 3,65%.
- Revisado nesta quarta-feira, o PAF prevê que os títulos encerrarão o ano nos seguintes intervalos:
- Títulos vinculados a Selic: 49% a 53%;
 - Títulos corrigidos pela inflação: 21% a 25%;
 - Títulos prefixados: 20% a 24%;
 - Títulos vinculados ao câmbio: 3% a 7%.
- Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeria a administração da dívida do governo.
- Em relação aos papéis vinculados à Selic (juros básicos da economia), esses títulos estão atraindo o interesse dos compradores por causa dos juros altos definidos pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa.

PRAZO

O prazo médio da DPF subiu de 4,01 para 4,05 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

A composição dos detentores da Dívida Pública Federal interna ficou a seguinte:

- Instituições financeiras: 31,35% do estoque;
- Fundos de pensão: 22,73%;
- Fundos de investimentos: 22,23%;
- Não-residentes (estrangeiros): 9,82%;
- Demais grupos: 13,87%.

Com a maior tensão no mercado financeiro em julho, com a guerra no Oriente Médio, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu em relação a junho, quando estava em 9,95%. Quanto maior a fatia de estrangeiros na dívida interna, maior a confiança no Brasil.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

BANCO CENTRAL

Atividade econômica cai em duas das 5 regiões do Brasil em junho

MARIANNA GUALTER/AE

A atividade econômica diminuiu em duas das cinco regiões do País em junho, na comparação com maio, segundo dados dessazonalizados do Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR), divulgados ontem. O Sudeste registrou a maior queda, com recuo de 0,7% no mês, enquanto o Norte caiu 0,2%.

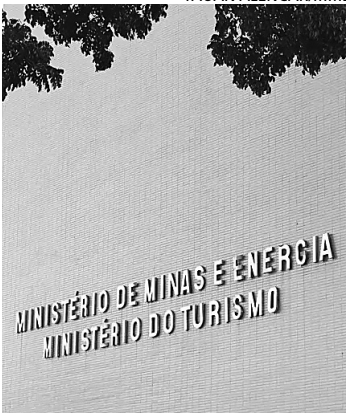
USINAS TÉRMICAS

FNCE pede detalhamento dos efeitos de acordo entre Eneva e MME

RENAN MONTEIRO/AE

A Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE) divulgou um manifesto pedindo o detalhamento dos efeitos do acordo entre a Eneva e o Ministério de Minas e Energia (MME) acerca de usinas térmicas inflexíveis, classificação usada para os empreendimentos que precisam entregar energia de forma contínua. A entidade é contrária à formalização do acerto, antes do conhecimento de eventuais impactos.

O manifesto argumenta que está prevista a redução da inflexibilidade contratual de quatro empreendimentos da Eneva. Com isso, além de afastamento



da obrigatoriedade de geração prevista contratualmente, seria permitido às usinas o acionamento apenas quando o sistema

elétrico venha a identificar sua necessidade real.

A Solicitação de Solução Consensual (SSC) está sendo analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e diz respeito aos contratos de quatro usinas termelétricas a gás natural localizadas nos Estados do Maranhão e Amazonas. As unidades foram contratadas em leilões de 2011 (Usina Maranhão III), 2019 (MC2 Nova Venécia 2) e 2022 (Azulão II e IV), vencidos pela Eneva S.A.

"É imperioso que sejam divulgados os resultados concretos do referido acordo, os benefícios que serão auferidos pela sociedade e os seus impactos diretos e indiretos para o Setor Elétrico

Brasileiro (SEB) e os consumidores", defendeu a Frente Nacional dos Consumidores de Energia. Pelo normativo do TCU, o sigilo pode ser mantido até a apreciação em Plenário.

Em julho, o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), João Daniel Cascalho, sinalizou em evento no TCU que a solução consensual envolvendo usinas térmicas da Eneva deve ter modelo concluído em agosto.

Ele reforçou que a meta é achar uma solução que seja "neutra" para o consumidor, mas que tenha ganhos relacionados aos cortes de geração de energia e à flexibilidade para o sistema.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

BANCO FALIDO

Fux obriga TJBA a colocar depósitos judiciais no BRB

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Luiz Fux (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) renove, por 90 dias, o contrato para a transferência de novos depósitos judiciais para o Banco de Brasília (BRB). Para o ministro, a migração da custódia dos valores pode causar um "impacto grave, imediato e substancial à instituição financeira".

A liminar atende a um pedido do governo do Distrito Federal (DF), controlador do BRB, que alegou que a interrupção do contrato viola o acordo firmado entre o DF e a União para socorrer o banco.

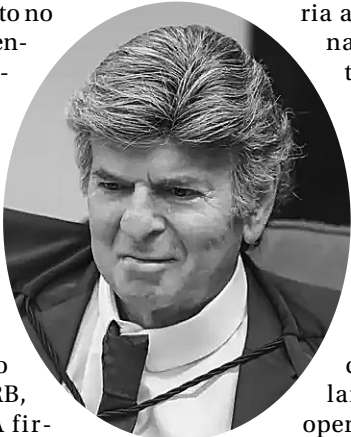
A decisão será submetida a referendo da Segunda Turma do

STF em julgamento no plenário virtual, entre 4 e 14 de setembro.

O contrato se encerraria ontem, mas previa a possibilidade de prorrogação por mais 12 meses.

Às vésperas do término do acordo com o BRB, porém, o TJ-BA firmou contrato emergencial para que a Caixa Econômica Federal assumisse a gestão dos novos depósitos judiciais.

O BRB sustentou ao Supremo que recebe cerca de R\$ 395 milhões mensais em novos depósitos judiciais e que a substituição compromete-



ria a estabilidade financeira da instituição.

Para Fux, a "contratação emergencial da Caixa Econômica Federal", enquanto ainda estão pendentes os trâmites para a contratação regular do sucessor da operação, representa "enorme risco" para as medidas em curso destinadas à capitalização do BRB no âmbito do acordo homologado pela Corte.

Fux ainda ressaltou que a eficácia da liminar está condicionada à continuidade das medidas a cargo do BRB e do DF no

âmbito do acordo homologado pela Corte.

O BRB administra cerca de R\$ 30 bilhões em depósitos judiciais de cinco tribunais: Bahia, Distrito Federal, Alagoas, Paráíba e Maranhão.

A preocupação do governo e do Judiciário é que o comprometimento da capacidade financeira do banco possa afetar o cumprimento dessas obrigações.

Em maio, Fux homologou um acordo para viabilizar um empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para capitalizar o BRB.

A medida foi adotada em meio à crise de liquidez enfrentada pelo banco após o escândalo envolvendo o Banco Master, mas a operação ainda enfrenta entraves.

PRÉVOA

IPCA-15 registra deflação de 0,4%, a menor desde agosto de 2022

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O desconto do Bônus de Itaipu na conta de luz e os preços dos alimentos ajudaram a jogar a prévia da inflação de agosto para baixo e fazer o índice fechar o mês em -0,4%, a menor desde agosto de 2022, quando marcou -0,73%.

Os dados fazem parte do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em julho o indicador tinha marcado 0,06%. Com o resultado de agosto, o IPCA-15 acumulou 4,24% em 12 meses.

BÔNUS

Dos nove grupos de produtos e serviços apurados pelo IBGE, cinco apresentaram deflação no mês:

- Alimentação e bebidas: -

- 0,57% (impacto de -0,12 ponto percentual)
- Habitação: -1,41% (-0,22 p.p.)
- Artigos de residência: 0,04% (0 p.p.)
- Vestuário: -0,2% (-0,01 p.p.)
- Transportes: -1% (-0,2 p.p.)
- Saúde e cuidados pessoais: 0,4% (0,05 p.p.)
- Despesas pessoais: 0,66% (0,07 p.p.)
- Educação: 0,46% (0,03 p.p.)
- Comunicação: -0,02% (0 p.p.)

O preço da energia elétrica residencial foi o subitem que mais puxou a prévia da inflação para baixo, recuando 6,25% (-0,26 p.p.). A explicação está no Bônus de Itaipu, desconto que consumidores receberam na conta de luz.

ALIMENTOS

O grupo alimentação e bebidas (-0,57%) foi influenciado pela alimentação no domicílio, que ficou 0,97% mais barata.

QUEDA NA GASOLINA

A deflação no grupo transportes foi puxada principalmente pelo preço da passagem aérea, que recuou 13,30% no mês. Os combustíveis também contribuíram (-1,43%). Foram registradas quedas no etanol (-3,63%), na gasolina (-1,23%) e no óleo diesel (-0,71%).

IPCA-15 E IPCA

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo: 3% no acumulado em 12 meses, com margem de tolerância de 1,5 p.p. para mais ou para menos.

A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica. Na prévia, a pesquisa e feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de referência. Em relação à divulgação atual, o período de coleta

foi de 16 de julho a 14 de agosto.

Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Atualmente o valor do mínimo é R\$ 1.621.

O IPCA-15 coleta preços de 367 produtos e serviços (10 a menos que o IPCA) em 11 localidades do país (as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.); e o IPCA, 16 localidades (inclui Vitória, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju).

O IPCA cheio de agosto será divulgado em 11 de setembro. O boletim Focus da última segunda-feira (24), sondagem do Banco Central (BC) com instituições do mercado financeiro, aponta que o mercado espera que a inflação de agosto fique em -0,18%.

TESOURO

Até 53% da Dívida Pública Federal poderá ser corrigida pela Selic

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O interesse dos investidores pelos títulos públicos vinculados aos juros fez o Tesouro Nacional elevar a proporção da Taxa Selic (juros básicos da economia) no endividamento do governo. A Dívida Pública Federal (DPF) poderá chegar a 2026 com 49% a 53% do valor corrigido pela Selic, que está em 14% ao ano.

A nova meta consta da revisão do Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgada ontem pelo Tesouro Nacional. O documento traz metas e parâmetros para a administração da dívida pública do governo.

Tradicionalmente, o PAF é divulgado em janeiro, mas passa por revisões no segundo semestre de cada ano. A meta para o valor total da DPF no fim de 2026 permanece na faixa de R\$ 9,7 trilhões a R\$ 10,3 trilhões, mas a composição da dívida pública foi revisada.

Com o aumento nos títulos vinculados à Selic, a revisão publicada nesta quarta trouxe quedas nas fatias dos prefixados e corrigidos pela inflação.

Revisão dos parâmetros da Dívida Pública Federal:

- Títulos vinculados a Selic: de 46% a 50% para 49% a 53% do total da DPF;
- Títulos corrigidos pela inflação: de 23% a 27% para

- 21% a 25%;
- Títulos prefixados: de 21% a 25% para 20% a 24%;
- Títulos vinculados ao câmbio: sem mudanças, de 3% a 7%.

O prazo médio da DPF foi mantido de 3,8 a 4,2 anos. O Tesouro Nacional só divulga o prazo em anos, não em meses.

Diferenças entre os títulos

Os títulos vinculados à Selic (juros básicos da economia) estão atraindo o interesse dos compradores por causa dos juros altos definidos pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), atualmente em 14% ao ano. O lançamento do Tesouro Reserva, papel atrelado à Selic equivalente aos cofrinhos oferecidos por instituições financeiras, também contribuiu para elevar a demanda.

Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeriam a administração da dívida do governo.

A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa.

Nota

HABIB'S ENTRA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL COM DÍVIDA DE R\$ 265 MILHÕES

O Grupo Gennius, que controla as redes de restaurantes Habib's (comida árabe), Ragazzo (massas e salgadinhos), Tendall Grill (carnes) e outros, entrou em recuperação judicial, com dívidas de R\$ 265,2 milhões. O pedido foi feito à 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais na segunda-feira e aceito no dia seguinte.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.110/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (MANTA TÉRMICA)(01 GRUPO),estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.005990/2025-12. Abertura da sessão pública às 10h do dia 10/09/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 38/2026

A Pregoeira Roberta de Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participarem da Contratação: 38/2026 no dia 11/09/2026 às 09:00h. Objeto: Contratação de Serviço de Controle de qualidade externo para Laboratórios Clínicos - ENSAIO DE PROFICIÊNCIA . Processo nº 33409.003638/2026-14. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.12/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTISÉPTICOS E DESINFETANTES (12 ITENS), estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.001132/2026-71. Abertura da sessão pública às 10h do dia 08/09/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

V2I ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A. CNPJ/MF nº 41.318.907/0001-80 - NIRE 33.3.0033728-8 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Em 10 de agosto de 2026, às 19:00 horas, na sede da V2I Engenharia e Serviços S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a eleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2027** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 26/08/2026 sob o nº 00007993132, André Rodrigues Marques de Souza Silva - Secretário Geral.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 022/2026	Data de Abertura:11/09/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br		
Unidade Contratante:	Secretaria Municipal de Turismo - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ		
Objeto: Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONCEPÇÃO, PRODUÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E POSTERIOR RETIRADA DA DECORAÇÃO TEMÁTICA NATALINA DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO, COMPREENDENDO A DISPONIBILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE ESTRUTURAS CENOGRÁFICAS, ELEMENTOS LUMINOSOS, ORNAMENTOS DECORATIVOS, AMBIENTAÇÕES ESPECIAIS, PEÇAS DE GRANDE PORTE, INTERVENÇÕES VISUAIS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS A COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO NATALINO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO - RJ. A modalidade licitatória será Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, empreitada por preço unitário pelo critério de julgamento menor preço global .			
Valor estimado: R\$ 4.821.807,92 (Quatro milhões oitocentos e vinte e mil oitocentos e sete reais e noventa e dois centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Sim	Sim	Aberto	MENOR PREÇO GLOBAL
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Não	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances R\$ 500,00 (Quinhentos reais)			
Pregoeiro Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez, (Portaria nº 3.067 de 03 de fevereiro de 2025)			
Fundamento Legal Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais: 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol Em Recuperação Judicial CNPJ nº 47.589.413/0001-17 Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 03/09/2026, às 11:00 do Horário de Brasília, de forma presencial, na sede na Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, bairro Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-028, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Eleição dos membros suplentes do Conselho Fiscal, nos termos previstos no Estatuto Social desta Companhia. 2. Eleição de 1 (um) Conselheiro de Administração Independente, em cumprimento ao Art. 5º, §6º, da Lei nº 14.193/2021 (Lei da SAF). Nos termos do art. 16, §5º, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário constituído há menos de 1 (um) ano, desde que seja acionista, representante legal do respectivo acionista ou advogado. Por fim, informa-se que a documentação pertinente às matérias constantes na ordem do dia encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, desde a publicação deste edital, nos termos do art. 135, §3º, da Lei nº 6.404/1976. Rio de Janeiro, 24/08/2026, **Ricardo de Almeida Abreu**, (Diretor). (25, 26 e 27/08/2026)

NADA ESCLARECIDO

Tarcísio passa pano para maracutaia de Flávio com Dark Horse

GABRIEL GONÇALVES/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem, considerar suficientes as explicações dadas pelo candidato a presidente da República pelo PL, Flávio Bolsonaro, sobre o pedido para que o banqueiro Daniel Vorchio, do Banco Master, financiasse o filme Dark Horse. Questionado durante coletiva de imprensa, Tarcísio disse entender que o assunto está esclarecido, desde que não surjam novos fatos.

"Acho que ele já deu explicações. Se nenhum fato novo aparecer, eu acho que está tudo esclarecido", disse o governador candidato à reeleição. Na mesma resposta, Tarcísio

sio direcionou críticas ao governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Acho que tem muita gente aí que precisa dar esclarecimentos. Você vê os escândalos de corrupção que estão assolando o governo federal", afirmou.

Outro trecho politicamente relevante da coletiva veio quando Tarcísio falou da disputa presidencial.

O governador afirmou apostar no crescimento de Flávio Bolsonaro em São Paulo e disse acreditar que o estado pode ser decisivo para uma virada na eleição.

"Eu aposto também num crescimento dele e aposto que o estado de São Paulo vai ser decisivo para uma virada", afirmou Tarcísio.

VULNERÁVEL

Professor é acusado de estupro de aluna de 13 anos em sala de aula

ADRIANA VICTORINO/AE

Um professor foi acusado de estupro de vulnerável contra uma aluna de 13 anos dentro de uma sala de aula na zona norte de São Paulo. O caso foi registrado na tarde desta terça-feira passada.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP), a adolescente compareceu acompanhada do pai ao 13º Distrito Policial (Casa Verde).

A ocorrência foi registrada como estupro de vulnerável. A SSP informou que ou-

tros detalhes serão preservados por envolver uma menor de idade.

Não foi informado em qual unidade de ensino o caso teria ocorrido nem se a escola pertence à rede estadual ou municipal.

Procurada, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) afirmou que não identificou nenhuma denúncia relacionada ao caso. Já a Secretaria Municipal de Educação informou que apura se há alguma denúncia envolvendo uma unidade da rede municipal.

METRÔ

Shopping Itaquera recebe vacinação contra sarampo hoje

A Prefeitura de São Paulo realiza, hoje e amanhã, das 10h às 20h, uma ação de vacinação contra o sarampo no Shopping Metrô Itaquera, na Zona Leste da cidade.

A iniciativa integra as estratégias de intensificação da imunização desenvolvidas pela gestão municipal, que incluem, além da oferta nas unidades de saúde, ações extramuros em locais de grande circulação. A proposta é aproximar a vacinação da população, facilitando o acesso de pessoas que circulam pela região durante suas atividades cotidianas e ampliando as oportunidades de imunização.

Mais de 1,5 milhão de doses do imunizante já foram aplicadas na capital desde 3 de agosto, quando a Prefeitura deu início à Campanha de Multivacinação - De Olho na

Carteirinha 2026. A estratégia contempla pessoas de 6 meses a 59 anos, com recomendação de reforço da imunização e oferta da vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola.

Mesmo quem já recebeu doses anteriores da vacina contra o sarampo deve procurar o serviço durante a estratégia vigente, observadas as recomendações para cada faixa etária e as contraindicações à vacina.

A vacinação está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e nas Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, no mesmo horário, inclusive aos sábados e feriados. Para conferir a lista de endereços das unidades, acesse o Busca Saúde.

OMISSÃO

Haddad critica Tarcísio por não apoiar reforma tributária

GABRIEL GONÇALVES/AE

O candidato ao governo de São Paulo Fernando Haddad (PT) (foto) afirmou ontem, que o PT foi vítima do processo de desindustrialização paulista. Em entrevista à Rádio Melhor FM, de Ourinhos (SP), o petista também criticou Flávio Bolsonaro (PL), a quem atribuiu posição contrária à reforma tributária, e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por, segundo ele, não se manifestar sobre o tema.

Ao falar sobre a perda de empregos industriais em São Paulo, Haddad atribuiu parte do processo à guerra fiscal entre os estados. Segundo ele, incentivos tributários levaram empregos paulistas para outras unidades da Federação e reduziram o dinamismo econômico do estado.

"Isso não era culpa do PT, mas o PT foi vítima do fim da indústria paulista", afirmou.

Haddad disse ainda que a reforma tributária deve impedir que estados disputem investimentos por meio da redução da carga tributária. Segundo ele, a competição deverá ocorrer pela qualidade da mão de obra, da



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

infraestrutura e do apoio oferecido pelo poder público.

"A reforma tributária acaba com a guerra fiscal. Você não vai mais poder brigar com outro Estado para tirar o emprego de um lado para o outro", disse.

O candidato também defendeu a reindustrialização de São

Paulo, com tecnologia 4.0 e inteligência artificial, e afirmou que o Estado pode reunir indústria, serviços e agricultura.

Em outro momento da entrevista, Haddad criticou Flávio Bolsonaro e Tarcísio ao falar novamente sobre a reforma tributária. "Eu fico indignado do Flá-

vio Bolsonaro estar contra a reforma tributária e o governador de São Paulo não falar nada a respeito", afirmou.

Haddad disse que, caso a reforma seja suspensa, São Paulo poderia continuar por mais 10 ou até 20 anos perdendo empregos para outros Estados.

AEROPORTO

PF apreende R\$ 510 mil m mala de passageira em Congonhas

A Polícia Federal (PF) apreendeu na noite desta terça-feira passada, uma mala de uma passageira no aeroporto de Congonhas que tinha R\$ 510 mil em espécie.

A mala da passageira pas-

sava pelo raio-X antes do embarque quando o dinheiro foi visto no equipamento. Aos agentes, ela disse que o dinheiro havia sido declarado no Imposto de Renda e que apresentaria a compro-

vação em 48 horas.

Como não houve comprovação na hora, a PF apreendeu o dinheiro e colheu os depoimentos. Caso a comprovação não seja feita, a mulher pode ser processada na Justiça e sofrer medi-

das punitivas, além da perda do dinheiro.

A PF pode abrir investigação, por exemplo, para apurar se é um caso de lavagem de dinheiro ou de evasão de divisas.

SOCORRO A MUNICÍPIOS

Tarcísio diz que prepara SP para aumentar investimentos

MARIANA RIBAS/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse ontem, que está "extremamente" preocupado com a questão fiscal do País. A declaração foi feita durante sa-

batina ao vivo promovida pela Veja.

"A gente está extremamente preocupado, vendo aí um aperto de crédito, vendo o Brasil caminhando aí com a possível recessão, e isso obviamente tem que ligar o alerta, porque a

gente tá vendo um perfil de dívida mudando, o Brasil encurtando dívida", disse. "A gente sabe que o estado de São Paulo pode sofrer com isso, até por ser um estado muito industrial, 6% da produção industrial tá aqui, é o estado que vai sofrer

primeiro", disse.

"Ao longo desse tempo, a gente veio preparando o estado para aumentar nossa capacidade de investimento e eventualmente até de socorrer municípios", disse o governador, durante a sabatina.

JOGOS

Estúdios apoiados pela Prefeitura participam da Gamescom 2026

A Prefeitura de São Paulo tem investido no setor de produção de games por meio do Sampa Games, programa voltado à aceleração, capacitação e desenvolvimento de estúdios e empreendedores da categoria. Os participantes têm a oportunidade de marcar presença no maior evento da área, a Gamescom 2026, que está sendo realizado entre os dias 24 e 30 de agosto na cidade de Colônia, na Alemanha.

Reconhecido como o maior evento de games do mundo, o encontro reúne desenvolvedores, publishers, investidores, plataformas e empresas de diversos países para discussão de tendências, apresentação de lançamentos e geração de oportunidades de negócios para a indústria global de jogos digitais.

A participação integra a missão brasileira liderada pela Abra-

games, por meio do projeto Brazil Games, que neste ano reúne uma delegação recorde de 78 estúdios e empresas brasileiras. A edição de 2026 também marca a estreia do Brazilian Indie Pavilion, espaço dedicado à apresentação de jogos independentes brasileiros para o público internacional, fortalecendo a visibilidade e a inserção dos estúdios nacionais no mercado global.

Por meio de seus programas de apoio ao setor de games e economia criativa, a Prefeitura de São Paulo contribui para a internacionalização de empreendedores paulistanos, conectando estúdios locais aos principais centros de decisão da indústria mundial de games. A iniciativa reforça o compromisso do município com o desenvolvimento de um dos segmentos mais dinâmicos da economia criativa, que combina tecno-

logia, inovação, arte e empreendedorismo.

"São Paulo reúne talentos, empresas inovadoras e um ecossistema cada vez mais consolidado no setor de games. Participar da Gamescom é uma oportunidade de abrir portas para novos mercados, atrair investimentos e mostrar ao mundo a capacidade criativa e tecnológica desenvolvida na nossa cidade", destaca o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Rodrigo Goulart. A participação dos integrantes do Sampa Games na Gamescom representa mais um passo no processo de consolidação do mercado de jogos digitais como vetor de geração de renda, empregos qualificados e inovação para a cidade.

A missão internacional permite que os participantes tenham acesso a rodadas de negócios, reu-

niões estratégicas, atividades de networking e encontros com empresas globais do setor, ampliando as possibilidades de parcerias comerciais, investimentos e distribuição internacional de jogos brasileiros. A presença em eventos desse porte também fortalece o posicionamento de São Paulo como referência em inovação e desenvolvimento de games na América Latina.

A presença brasileira na Gamescom 2026 reforça ainda a crescente relevância da indústria nacional de games no cenário global. Segundo informações apresentadas pela Abragames e parceiros do projeto Brazil Games, mais da metade do faturamento dos estúdios brasileiros já vem do mercado internacional, demonstrando o potencial de expansão do setor e a importância das ações voltadas à internacionalização dos negócios.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

ZONA NORTE

Criminosos usam ônibus em barricadas contra operação

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

Criminosos atravessaram 18 ônibus em ruas de Cascadura, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em retaliação a uma operação da Polícia Militar realizada na manhã de ontem nas comunidades do Campinho e do Fubá. A ação conjunta das equipes do 9º Batalhão de Polícia Militar (Rocha Miranda) e do 18º BPM (Jacarepaguá) resultou na prisão de quatro suspeitos. O comando da operação informou que homens armados entraram em confronto com as equipes e fugiram para uma região de mata. A polícia afirma que “um quinto (suspeito) foi atingido e socorrido ao Hospital Estadual Carlos Chagas e um sexto teria sofrido uma parada cardíaca e não resistiu”. De acordo com o Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro (Rio Ônibus), coletivos usados no transporte urbano foram atravessados nas ruas Clarimundo de Melo e Ernani Cardoso, em Cascadura, e também na Avenida Dom Hélder Câmara. No início desta tarde, havia 33 linhas de ônibus que passam na região com itinerário impactado. Segundo a Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM), o objetivo dos criminosos era “desmobilizar a atuação das equipes”, que reprimiam uma facção criminosa que atua nas



CÂMERA DA PREFEITURA

comunidades do Campinho, do Fubá, do Morro do 18, da Praça Seca e diversas outras de Jacarepaguá. Foram apreendidos uma pistola, uma granada, um rádio comunicador, seis carregadores de fuzis, um carregador de pistola e quantidade de entorpecentes a serem contabilizado, completou a secretaria. O policiamento foi reforçado com equipes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), do Batalhão Tático de Motociclistas (BTM), do Batalhão de Policiamento em Vias Expressas

(BPVE) e do 3º BPM (Méier). Policiais do Recom também atuam nas regiões atingidas. EDUCAÇÃO A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro informou que, até 12h15, nenhuma escola da rede estadual precisou ser fechada em consequência dos conflitos na região. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares na região das comunidades do Fubá e do Campinho, “atendem presencialmente” apesar do ocorrido.

SAÚDE No início da tarde, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio informou que uma unidade de atenção primária suspendeu o início do funcionamento nesta quarta-feira e avalia a possibilidade de abertura nas próximas horas. “Outras duas unidades mantêm o funcionamento, porém as atividades externas realizadas no território, como as visitas domiciliares, estão suspensas”, completou. Já as unidades estaduais de saúde, conforme a Secretaria de estado, funcionam normalmente.

NORMA

Anvisa atualiza regras de segurança sanitária para aviões e aeroportos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) atualizou regras de segurança sanitária para aviões e aeroportos no Brasil. Norma publicada ontem prevê medidas relacionadas à qualidade da água, limpeza, ao gerenciamento de resíduos, controle de pragas e atendimento de saúde em aeroportos. Cada área deverá ter plano de gestão específico. O texto substitui regulamentação vigente desde 2002 e busca adequar os procedimentos sanitários do setor aeroportuário às exigências atuais de vigilância em saúde. A Resolução nº 1.038 entra em vigor em 150 dias. Entre as principais novidades está a obrigatoriedade da implantação de sistemas de gestão da qualidade voltados à segurança sanitária. A exigência valerá para aeroportos das classes III e IV – como o de Guarulhos,

Brasília e o Galeão, por exemplo – e para empresas de transporte regular de passageiros que operem aeronaves com banheiros ou instalações hidráulicas. O Sistema de Gestão da Qualidade deverá conter: políticas de segurança sanitária; programas de auditoria; gestão documental; qualificação de fornecedores; capacitação periódica de trabalhadores. As organizações terão prazo de 24 meses para implementar integralmente as medidas, sendo que as áreas de gestão documental e treinamento deverão estar estruturadas em até 12 meses.

OBRIGAÇÕES Aeroportos: fornecimento de água potável; limpeza e desinfecção do ter-

minal; gerenciamento de resíduos sólidos; controle de pragas; sistemas de climatização; serviços de saúde. Companhias aéreas: manutenção da qualidade da água consumida a bordo; controle sanitário dos alimentos servidos durante os voos; limpeza e desinfecção das aeronaves; gerenciamento dos resíduos produzidos durante as viagens; ações para evitar a presença de insetos, roedores e outros animais que possam representar riscos à saúde pública. A norma determina a elaboração de planos específicos para as diferentes áreas de controle sanitário, como o Plano de Gestão de

Água Potável, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, e o Plano de Gerenciamento de Limpeza e Desinfecção. EMERGÊNCIA A texto também detalha procedimentos para situações de emergências em saúde pública. Em casos de eventos sanitários de relevância nacional ou internacional, aeroportos e empresas aéreas deverão adaptar seus protocolos às orientações específicas emitidas pelas autoridades sanitárias. Para aeroportos que queiram iniciar operações internacionais, a resolução estabelece a necessidade de avaliação sanitária prévia pela Anvisa. A internacionalização dependerá da comprovação do cumprimento dos requisitos sanitários previstos e poderá incluir inspeções presenciais.

REALENGO

Hospital Albert Schweitzer faz campanha de doação de sangue

O Hospital Municipal Albert Schweitzer, em Realengo, realiza campanha de doação de sangue que começou ontem e termina hoje, das 10h às 14h, no auditório localizado no 2º andar. A unidade convoca voluntários para contribuir com o abastecimento do banco de sangue. A parceria é com o Hemório, unidade estadual responsável pelo fornecimento de hemocomponentes em mais de 200 hospitais da rede pública do Rio de Janeiro. O ato de doação de sangue garante a realização de todos

os procedimentos que precisam do insumo, como atendimentos de emergência e cirurgias. O feito é seguro e acompanhado por profissionais especializados. Antes da coleta, os possíveis doadores passam por triagem a fim de garantir a segurança de todos envolvidos. Após a doação, a bolsa de sangue coletada é tratada e os hemocomponentes são separados, podendo assim salvar até quatro vidas. A próxima doação pode ser feita após oito semanas para homens e doze para mulheres,

tempo necessário para recomposição completa dos componentes sanguíneos retirados no momento da doação anterior. Para ser um doador de sangue é necessário apresentar documento oficial de identidade com foto; ter entre 16 e 69 anos (menores de 18 devem estar com autorização do responsável); estar bem de saúde e descansado; e pesar mais de 50 quilos. Não é preciso estar de jejum, mas é recomendado que o doador não tenha ingerido comida gordurosa nas últimas quatro

horas. Pessoas que fizeram tatuagem ou colocaram piercings devem aguardar seis meses para fazer a doação. Para quem tem piercings em regiões de mucosa, a doação só pode ser feita um ano após a retirada do acessório. Quem teve covid-19 recentemente precisa aguardar 10 dias após a recuperação. Após 30 dias da doação, o voluntário pode pegar o resultado dos exames laboratoriais feitos com uma pequena amostra sanguínea retirada no ato da coleta.

FUMO

Tabagismo é maior entre jovens de 16 a 24 anos, alerta pesquisa

MATHEUS CROBELATTI/AE

Os jovens brasileiros de 16 a 24 anos apresentaram incidência de tabagismo maior que outras faixas etárias em uma pesquisa do Instituto A.C. Camargo Câncer Center em parceria com a empresa Nexus. Nessa faixa etária, 19% dos entrevistados se declaram fumantes ativos, de cigarros comuns ou eletrônicos, número acima da média nacional (17%) e de todas as outras faixas etárias. A pesquisa entrevistou mais de 2 mil pessoas em todo o país. A faixa entre 25 e 40 anos, por outro lado, apresenta o menor índice de tabagismo, com 15% dos entrevistados declarando serem fumantes. Em seguida, surge o grupo das pessoas com mais de 60 (16%), e de 41 a 59 anos (17%).

Além disso, os dados apontam que grande parte da população está exposta aos perigos do tabagismo: cerca de um terço da população brasileira (33%) compartilha frequentemente ambientes domésticos ou de trabalho com fumantes. A inalação passiva da fumaça eleva as chances de desenvolvimento de câncer pulmonar, inclusive em indivíduos que jamais fumaram.

Segundo Helano Freitas, líder do Centro de Referência de Tumores de Pulmão e Tórax do A.C.Camargo, a incidência do tabagismo entre os jovens entre 16 a 24 anos exige atenção prioritária. O médico ressalta que, conforme levantado na pesquisa, o primeiro contato com o cigarro ocorre, em média, aos 16 anos. Por se tratar de um grupo de adolescentes e jovens adultos bastante vulnerável, há um alto risco de iniciação na dependência sem conseguir deixá-la posteriormente, ainda que as demais idades também necessitem de cuidado.

OUTRAS CATEGORIAS A população com mais de 60 anos lidera o índice de ex-

CIRCULAÇÃO

Prefeitura do Rio atualiza regras para equipamentos elétricos

A Prefeitura do Rio anunciou, ontem, as atualizações no Decreto Rio nº 57.823, que regulamenta a circulação e fiscalização de ciclomotores, bicicletas elétricas e autoprope- lidos na cidade. O decreto estabelece regras de circulação, limites de velocidade, uso de equipamentos de proteção individual e diretrizes para ações educativas e de fiscalização. Agora, os equipamentos serão fiscalizados por meio de aparelhos que aferem a velocidade máxima de fabricação alcançada, os dinamômetros. “Esse produto foi desenvolvido por encomenda da Prefeitura do Rio. A gente vai fazer um controle dos fabricantes, com agentes da Secretaria de Ordem Pública e da Defesa do Consumidor, para que os consumidores cariocas deixem de ser enganados por revendedores que ousem revender e façam com que o consumidor compre gato por lebre. Pela resolução do Contran, os autoprope- lidos não podem ultrapassar 32 km/h. Esse equipamento mostra que muitos desses veículos passam de 32 km/h. Com isso, não é um autoprope- lido e, segundo o Detran e Contran, também não é ciclomotor”, explicou o prefeito Eduardo Cavaliere. Nesta quarta-feira, os equipamentos começaram a ser

fumantes, com 32% do total. Em segundo lugar, aparecem pessoas de 41 a 59 anos (15%), de 25 a 40 (10%) e de 16 a 24 anos (8%). Entre as regiões do país, o consumo de cigarro é superior no Sul (22%), seguido do Sudeste (19%), Nordeste (13%) e Norte/Centro-Oeste (13%). A pesquisa também demonstra que o consumo de cigarros está atrelado a fatores socioeconômicos. Os entrevistados que possuem renda salarial de até um salário mínimo apresentam a maior taxa de tabagismo, com 19%. Já em relação ao nível de escolaridade, aqueles que concluíram apenas o ensino fundamental também apresentam o maior índice de tabagismo, com 21%. O estudo indica ainda uma forte relação entre o tabagismo e outros comportamentos de risco: 84% dos fumantes relataram manter até quatro hábitos prejudiciais à saúde no cotidiano, destacando-se o sedentarismo e a ingestão exagerada de frituras e produtos ultraprocessados. Em contrapartida, 18% das pessoas que nunca fumaram afirmam não ter nenhum hábito prejudicial à saúde, o dobro do índice observado entre os fumantes (9%). Já os ex-fumantes lideram a categoria de apenas um hábito ruim (44%) e apresentam baixas taxas de múltiplos deslizes. O cenário sugere que abandonar o cigarro costuma vir acompanhado de uma reestruturação ampla do estilo de vida, restando apenas um deslize residual na rotina. Outro dado do estudo revela que 63% dos fumantes classificam a própria saúde como “ótima” ou “boa”. Essa percepção positiva supera inclusive a das pessoas que jamais fumaram (61%), ainda que a diferença esteja contida na margem de erro, demonstrando que os fumantes se consideram tão saudáveis quanto os não fumantes.

CONGRESSO

CCJ do Senado prevê votação da PEC da Segurança na 3ª-feira

LUCAS PORDEUS
LEÓN/ABRASIL

A Proposta de Emenda à Constituição 18 de 2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, entrou na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, com reunião marcada para próxima quarta-feira. A informação foi confirmada pela assessoria do presidente da Comissão, o senador Otto Alencar (PSD-BA).

A PEC, de autoria do Poder Executivo, endurece regras para chefes de facções criminosas e estabelece novo pacto federativo entre União, estados e municípios para o enfrentamento ao crime no Brasil.

O relator da matéria, senador Rogério Carvalho (PT-SE), publicou o parecer na terça-feira e manteve, na íntegra, o texto aprovado na Câmara dos Deputados. Segundo ele, a intenção é não “atrasar a votação da matéria”, porque alterações na proposta exigiriam uma nova análise da Câmara.

No parecer, o relator Rogério Carvalho argumenta que a PEC propõe “ampla reforma constitucional da política criminal, da organização policial, da atividade de inteligência, do sistema penitenciário, dos mecanismos de controle institucional e do financiamento do setor”.

O senador sergipano cita o avanço das facções criminosas no Brasil, por meio da “expansão do controle territorial”, como justificativa para alterar o pacto federativo sobre a segurança pública que, segundo ele, se mostrou “frágil” diante da nova realidade do crime.

“Seu modelo altamente descentralizado, em que a política de segurança foi conduzida pelos governos estaduais sem qualquer tipo de governança ou diálogo interfederativo, teve o efeito de permitir que facções, gestadas inicialmente no interior dos presídios estaduais e enraizadas em territórios vulnerabilizados, tornassem-se problema até mesmo de política internacional”, escreveu o relator.

A PEC DA SEGURANÇA

A PEC propõe, entre outras medidas, a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), alterando o artigo 144 da Carta Magna, que trata da segurança pública.

A proposta inclui que a segurança deve ser exercida “em regime de cooperação federativa” e “por meio da atuação integrada e descentralizada” das diferentes instituições que trabalham com o tema.

“Art. 144-A. Os órgãos de

segurança pública articular-se-ão em regime de cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Segurança Pública, destinado a assegurar a eficiência da prevenção, da persecução e da execução penal”, define o texto.

FACÇÕES E FUNDOS

A PEC estabelece penas mais duras e regimes especiais de prisão para os chefes de facções e milícias, como prisão em unidades de segurança máxima e restrição ou vedação à progressão de penas.

A PEC ainda amplia atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), prevê a criação de polícias municipais e aumenta a vinculação do orçamento público para segurança pública.

Segundo a PEC, 50% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) serão repassados pela União para os estados e municípios, excluídas despesas de custeio e investimento da polícia penitenciária nacional do Funpen.

“As regras de financiamento fortalecem o FNSP e o Funpen, criam vinculações e blindagens orçamentárias e garantem repasses obrigatórios. Essas medidas aumentam a previsibilidade financeira, garantindo a perenidade das ações policiais”, escreveu o relator.

A PEC ainda prevê que 10% do superávit financeiro anual do Fundo Social, ligado ao pré-sal, sejam destinados aos fundos da segurança, “reforçando o financiamento contínuo das políticas nacionais de segurança pública e execução penal”.

A proposta ainda prevê a criação do Sistema de Políticas Penais, responsável pelo sistema prisional brasileiro, e autoriza União, estados e municípios a atuarem conjuntamente na legislação sobre segurança pública, organização de polícias, guardas municipais e sistema socioeducativo.

EMENDAS REJEITADAS

O sergipano ainda rejeitou as quatro emendas apresentadas pelos senadores para alterações no texto.

“Sua alteração nesta fase de tramitação, sem novo debate com os setores impactados, pode gerar insegurança jurídica e desequilíbrio na alocação de recursos”, justificou Carvalho ao rejeitar uma das emendas apresentadas.

Pelo menos outras 13 emendas com sugestões de alterações foram protocoladas após o relator Rogério Carvalho divulgar o parecer à PEC 18 de 2025.

deral como responsável pela Copenhagen, mas não recebeu resposta até a publicação desta reportagem.

A assembleia ocorreu quatro dias depois do Estadão visitar o endereço informado à Receita Federal pela Copenhagen e constatar que a empresa não funcionava no local.

A consultoria estaria sediada em endereço de São Caetano do Sul (SP). No local, porém, a reportagem descobriu outra firma funcionando: a Contábil Corêa, que pertence ao mesmo dono da Copenhagen, o empresário Rogério Lourenço Novo.

A ata também mostra que o próprio Rogério Novo foi nomeado liquidante da empresa, com poderes para conduzir “o regular andamento da liquidação”.

VOTAÇÃO

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertou com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pauta de votação para o esforço concentrado do Congresso marcado para a próxima semana.

O martelo foi batido após um almoço no Palácio da Alvorada, a convite de Lula. Os temas definidos foram:

- a votação das propostas de emenda à Constituição (PECs) do fim da escala de trabalho 6x1 e da Segurança Pública;
- o fim da chamada taxa das blusinhas;
- a votação do projeto de minerais críticos;
- e a votação do projeto Redata, que facilita a construção de data centers no país.

O presidente comemorou o acordo e disse que o entendimento do esforço concentrado, marcado para a semana de 31 de agosto a 4 de setembro, foca nas pautas prioritárias para a sociedade brasileira.

“O que é importante que a gente tenha a dimensão do que é prioritário, e votar essas coisas que vocês vão colocar na pauta é uma prioridade do povo brasileiro”, ressaltou Lula ao final do almoço.

CÂMARA E SENADO

Pelo entendimento, a Câmara dos Deputados vai designar (será o deputado do PT de Minas Gerais, Reginaldo Lopes) o presidente da comissão mista que vai tratar da Medida Provisória (MP) 1357/26, que acaba com a taxa das blusinhas. O texto suspende a cobrança do imposto federal de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50. “A MP vence no meio de setembro. É uma vitória não apenas das pessoas que comprem nessas plataformas. Muitas indústrias brasileiras fornecem por essas plata-

PASSANDO PANO

GABRIEL GONÇALVES/AE

O candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad (**foto**), rebateu ontem, a declaração do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) de que Flávio Bolsonaro (PL) já deu explicações suficientes sobre o caso envolvendo o filme Dark Horse. Em entrevista ao portal de notícias Assiscity, em Assis, Haddad afirmou que “não tem nada explicado” e acusou Tarcísio de tentar “abafar” o episódio. “Tá tudo explicado. O que ele quer? Abafar a investigação da Polícia Federal?”, afirmou.

Mais cedo, Tarcísio havia afirmado considerar suficientes as explicações apresentadas por Flávio até o momento. “Acho que ele já deu explicações. Se nenhum fato novo aparecer, eu acho que está tudo esclarecido”, disse, após participar de evento de campanha na zona sul de São Paulo.

Ao comentar a declaração, Haddad mencionou a entrada da Polícia Federal na investigação e questionou a posição de Tarcísio. O petista questionou se o governador estaria tentando encerrar o assunto antes da conclusão das investigações.

Na sequência, o petista fez uma série de questionamentos sobre o caso e citou outras acusações contra integrantes da família Bolsonaro. As afirmações foram feitas por Haddad duran-



REPRODUÇÃO TV SENADO

formas produtos que são vendidos por empresas brasileiras. É uma medida que será importante para nossa economia”, disse Motta.

Já o Senado, além de designar o relator da MP da taxa das blusinhas, também terá que deliberar sobre a PEC 221/19, do fim da escala 6 x 1; a PEC 18/25, da Segurança Pública; o Projeto de Lei (PL) 278/26, que estabelece o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata); e o PL 2780/24, que estabelece a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

“Se o Senado votar a PEC da Segurança Pública, eu vou imediatamente criar o Ministério da Segurança e discutir o orçamento, para que a gente possa, definitivamente, pactuar com estados e municípios o tipo de segurança que a gente vai querer nesse país”, adiantou o presidente da República.

Lula chamou atenção ainda para a votação do Redata e do PL que trata dos minerais críticos, classificando-as como delicadas.

“Já tem muita gente estranha comprando aquilo que ainda nem regulamos. Essa ri-

te a entrevista.

“Aquele telefonema do Vorcara tá explicado? Os R\$ 61 milhões que o Vorcara botou de dinheiro público, roubado de fundo de pensão, para financiar um filme vagabundo, tá explicado? Como explicaram as rachadinhas, como explicaram a compra de 50 imóveis com dinheiro vivo, como explicaram a mansão, tá tudo explicado? Não tem nada explicado”, afirmou.

Haddad disse ainda defender que suspeitas sejam investigadas independentemente de partido ou alinhamento político. “O País precisa de explicação, e é de todo mundo, viu? Eu não sou desses Quem tem que explicar, tem que se explicar. PT, PL, Republicanos, fez alguma coisa que inspira atenção, explica”, afirmou.

O petista também usou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como contraponto à postura que atribuiu a Tarcísio. Segundo Haddad, a conduta adequada é permitir a investigação inclusive quando ela envolve aliados ou familiares: “Olha a diferença dele para o Lula. Quando o Lula fala, pode investigar meu filho, que eu quero saber a verdade. Não vou mudar ministro, não vou mudar delegado, não vou fazer o que o Bolsonaro fez para proteger o Flávio”, pontuou.

DARK HORSE

Quando o episódio do finan-

queza é do Brasil e temos de garantir que se transforme em uma coisa que faça o povo brasileiro sonhar”, afirmou o presidente, que acrescentou ainda haver, no caso do Redata, a expectativa de que os investimentos cheguem a R\$ 500 bilhões.

O presidente do Senado também comemorou o resultado do almoço e descreveu que foi uma conversa, do ponto de vista institucional, sobre as agendas de país que precisam da deliberação e discussão do Congresso.

“A nossa relação, com o Hugo Motta, com o senhor, enquanto presidente do Brasil, tem dado muitos frutos positivos ao povo brasileiro. Temos a capacidade, com a compreensão do tamanho das nossas responsabilidades, de darmos as soluções aos problemas que a sociedade espera de nós, sem pensarmos em filiação partidária ou posição ideológica”.

TRAMITAÇÃO ACELERADA

Alcolumbre prometeu que as PECs do fim da Escala 6x1 e da Segurança Pública terão suas reitorias apresentadas antes do início das votações do esforço. O presidente do Senado prevê ain-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

da que a votação da PEC da Segurança vai esclarecer as atribuições dos municípios, estados e da União sobre o tema.

O presidente do Senado prometeu ainda que a MP que trata do fim da taxa das blusinhas, o Redata e o projeto de minerais críticos e terras raras terão sua tramitação acelerada, com previsão de votação na próxima semana.

“Na semana que vem, no tempo curto do esforço concentrado, vamos encaminhar essa matéria (fim da taxa das blusinhas) para que o senhor presidente possa sancionar”.

Sobre o projeto que trata da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, Alcolumbre disse que, apesar de existir um projeto semelhante tramitando no Senado, ele dará prioridade ao texto encaminhado pelo Executivo e já aprovado na Câmara.

“É o governo brasileiro quem sabe o que está passando hoje, inclusive em alguns estados do Brasil, de outros países estarem vindo comprar as nossas riquezas, já que não temos uma legislação clara para nos proteger”, afirmou.

respondeu que a produtora teria prestado contas à Justiça dentro do prazo. O laudo com gastos apresentado pela produtora fala em R\$ 75 milhões, mas sem detalhar quem foram os financiadores.

A falta de uma prestação de contas pública virou, assim, um ponto de desgaste político para Flávio. Nos últimos dias, o senador tentou encerrar o assunto. Em 20 de agosto, afirmou considerar o caso “página virada” e disse que a prestação de contas já teria sido realizada. Quatro dias depois, ao ser questionado novamente por jornalistas, reagiu: “Vocês estão parados no tempo?”.

Em paralelo a essa disputa retórica pública, as apurações avançam no Supremo Tribunal Federal (STF) e também no Tribunal de Contas da União (TCU). No Supremo, há investigação instaurada para apurar possível direcionamento de emendas parlamentares a entidades ligadas à produção do filme, sobre relatoria do ministro Flávio Dino.

No TCU, foi sorteado relator - o ministro Benjamin Zymler -, para uma representação que pede apuração de indícios de irregularidades e cita, entre outros pontos, contraste entre os valores mencionados em diálogos e captações de declarações de Flávio de que haveria “zero de dinheiro público” na produção.

RACHADINHA

Empresa para a qual Flávio emitiu R\$ 1 mi em notas é dissolvida

POR GUILHERME MATOS

A consultoria Copenhagen, empresa para qual Flávio Bolsonaro (PL-RJ) emitiu R\$ 1 milhão em notas fiscais e cancelou, entrou em liquidação. A informação consta em ata de assembleia geral extraordinária que descreve a dissolução voluntária da companhia e foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) em 17 de agosto.

Segundo o documento, publicado pelo Metrôpoles e que o Estadão teve acesso, a decisão foi tomada em 28 de julho, com aprovação unânime do único acionista da companhia: a Estônia Multiestratégia.

A reportagem acionou o e-mail indicado na Receita Fe-

STF

Entidades defendem fim das férias de 60 dias para juízes

Na busca pela modernização do sistema de Justiça, o Grupo de Estudos do Supremo Tribunal Federal (STF) coletou sugestões de entidades da sociedade civil que propõem uma série de alterações na rotina forense. Ao todo, foram recebidas 95 contribuições, das quais 87 serão consideradas para debate.

A consulta integra os trabalhos do núcleo, instituído pelo presidente do STF, ministro Edson Fachin. De natureza consultiva, o grupo tem entre suas atribuições fomentar o debate sobre o aperfeiçoamento do sistema de Justiça, sistematizar e analisar propostas apresentadas por instituições e entidades da sociedade civil e elaborar estudos voltados à eficiência jurisdicional, à governança e ao acesso à Justiça.

O sistema de Justiça compreende o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia Privada e a Defensoria Pública.

Algumas entidades abordam questões sensíveis e tabus para os magistrados, como as férias. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), em vigor há 47 anos, garante aos magistrados dois meses de descanso, além dos períodos de feriados prolongados e recessos de fim de ano, entre outras vantagens.

O Instituto República, por exemplo, sugere vedação de férias superiores a 30 dias. A Or-

dem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná, recomenda férias de 30 dias para os juízes, sem acúmulo com recesso e conversão em pecúnia excepcional via precatório.

A OAB também pede "competência disciplinar" do Conselho Nacional de Justiça inclusive sobre ministros do STF e residência obrigatória do juiz na comarca, "com autorização excepcional fundamentada e temporária".

Além disso, a Ordem no Paraná quer um Código de Conduta dos Tribunais Superiores, com Manual de Transparência e Conduta Ética para o STF - agenda pública de contatos, transparência de eventos e patrocínios, composição dos gabinetes, revelação prévia de impedimentos, dever bilateral da advocacia, quarentena de ex-assessores e publicidade como regra.

Outros itens ganham destaque no rol de propostas, como a participação democrática - ampliação de pontos de inclusão digital e o atendimento em regiões do País com dificuldade de acesso aos meios eletrônicos, além do uso de automação para tarefas repetitivas e de dados para melhorar a gestão judicial.

No que se refere à reorganização do sistema de justiça, foram apresentadas propostas envolvendo a adoção de mandato para ministros do STF e aumento do número de conselheiros do Conselho Nacional de Justiça.

A transformação digital também aparece associada à integração de sistemas e bases de dados, à automação e à interoperabilidade entre instituições.

No campo da inteligência artificial (IA), as propostas abordam temas como transparência, audibilidade, supervisão humana e proteção dos direitos fundamentais no uso de sistemas automatizados pelo Judiciário.

O STF considera que o volume e a diversidade das contribuições demonstram a importância da participação da sociedade na discussão sobre os caminhos para tornar o sistema de Justiça mais eficiente, acessível e adequado às novas demandas sociais e tecnológicas.

As manifestações mostram atenção tanto a questões relacionadas ao trâmite e à simplificação dos processos quanto à busca de soluções tecnológicas, redução da litigiosidade, inclusão digital, aprimoramento da gestão e uso responsável da IA.

Sobre a reorganização do sistema de justiça, foram apresentadas propostas envolvendo a adoção de mandato para ministros do STF e aumento do número de conselheiros do CNJ.

A transformação digital também aparece associada à integração de sistemas e bases de dados, à automação e à interoperabilidade entre instituições.

MODERNIZAÇÃO

O edital estabeleceu eixos te-

máticos para orientar as contribuições, entre eles simplificação processual; redução da litigiosidade excessiva; transformação digital; governança da inteligência artificial; modernização das carreiras; modernização da gestão judiciária; fortalecimento da integridade institucional; transparência pública; proteção dos direitos fundamentais; e promoção de maior estabilidade jurídica para o desenvolvimento econômico e social do País.

Há sugestões relacionadas à formação e aplicação de precedentes, prevenção de conflitos e soluções consensuais, acessibilidade e inclusão digital, aperfeiçoamento de fluxos processuais, integração tecnológica, gestão de acervos, transparência, proteção de grupos vulneráveis e desenvolvimento de parâmetros para o uso da IA.

A análise das contribuições abre uma nova fase dos trabalhos. De acordo com o edital, depois da coleta e da publicização das propostas, caberá ao Grupo de Estudos promover a análise e os debates sobre o material, elaborar um texto com os resultados do trabalho e encaminhá-lo ao presidente do STF.

Segundo o STF, a iniciativa busca reunir subsídios para tornar o sistema de Justiça 'mais justo, eficiente, transparente e acessível à população, com governança reforçada e baixo ou nulo impacto fiscal'.

INDENIZAÇÃO

Governo entra na Justiça contra Discord e pede R\$ 500 milhões

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal do Distrito Federal na terça-feira, para obrigar a plataforma Discord a adotar medidas efetivas para proteger crianças, adolescentes e mulheres no ambiente digital. A ação também pede que a empresa seja condenada a pagar indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 50 milhões por infração), que seria direcionado ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O governo anunciou o ajuizamento da ação em entrevista coletiva de imprensa realizada nesta quarta-feira, 26.

Participaram os ministros da Justiça, Wellington César Lima e Silva, e da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, entre outras autoridades do Executivo.

A medida foi tomada após a plataforma transmitir, em julho, a morte de uma adolescente de 13 anos que teria sido induzida à automutilação por usuários. O governo diz ter identificado que a plataforma, mesmo após cobranças, continua apresentando falhas na verificação de idade e na prevenção de riscos.

Em 12 de agosto, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) já suspendeu temporariamente as transmissões ao vivo na plataforma. A decisão continua válida.

TRAGÉDIA

Brasil lamenta mortes em avalanche no Nepal e na China

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O governo brasileiro lamentou ontem as mortes causadas por deslizamentos de terra e inundações no Nepal e na região Administrativa Autônoma do Tibete, na China.

A tragédia resultou em ao menos 157 pessoas mortas e centenas de desaparecidas. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que, até o momento, não há registro de brasileiros entre as vítimas.

“O governo brasileiro expressa profundo pesar e solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo do Nepal e da China”, disse Itamaraty, em nota.

O MRE informou ainda que a Embaixada do Brasil em Katmandu, capital do Nepal, e a Embaixada do Brasil em Pequim, capital da China, acompanham com atenção os desdobramentos da calamidade no país.

“O plantão consular da Em-

baixada do Brasil em Katmandu (telefone +977 9801032381) poderá prestar assistência consular a cidadãos brasileiros em situação de emergência no Nepal”, diz a nota.

Já os brasileiros que estiverem na Região Administrativa Autônoma do Tibete, na China, podem entrar em contato com o plantão consular da Embaixada do Brasil em Pequim (telefone +86 138 0121 0722).

Câmeras de segurança registraram o momento em que pessoas fugiam enquanto uma avalanche de lama e água arrastava prédios e pontes em um vale, no distrito de Rasuwa. O local fica no Himalaia, na fronteira entre o Nepal e o condado de Gyirong, na região chinesa do Tibete. O porto de Gyirong também foi destruído pelo desastre.

A avalanche que atingiu o Tibete e o Nepal teria relação com o acúmulo de grandes volumes de gelo e rocha, em razão de chuvas que atingiram a região.

SÃO PAULO

TJ-SP barra parte da revisão da Lei de Zoneamento da capital

MALU MÕES/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu ontem, tornar inconstitucional a revisão da Lei de Zoneamento da capital paulista sancionada em julho de 2024 (apelidada de "revisão da revisão") e manter a versão sancionada em janeiro de 2024. A ordem é do Órgão Especial do TJ, colegiado máximo da Corte, formado por 25 desembargadores.

O TJ determinou ainda uma medida de mitigação dos impactos da decisão: aqueles prédios que obtiveram alvarás ou protocolaram pedidos de licenciamento para obras desde julho de 2024 terão a validade mantida. A medida desta quarta-feira só entrará em vigor após a publicação oficial do acórdão (decisão), o que pode demorar alguns dias.

Uma das principais leis municipais, o zoneamento define o que pode ser construído ou funcionar em cada quadra da cidade. É por causa dele que algumas ruas têm prédios altos e misturam comércio, escritórios e moradia, enquanto

outras só têm casas e edifícios baixos. A revisão ampliou as áreas onde é possível construir prédios mais altos e até sem limite de altura.

Entre os pontos que constam nesta segunda revisão do zoneamento, de julho de 2024, está, por exemplo, a liberação de prédios altos na região Cidade Jardim, zona oeste da capital, ao lado do Jockey Club, área hoje ocupada majoritariamente por casas.

A justificativa do TJ para tornar inconstitucional somente a "revisão da revisão" é que a proposta era apenas corrigir poucas quadras da cidade com erro no zoneamento sancionado em janeiro de 2024. Mas os vereadores incluíram novas áreas de verticalização, como a da Cidade Jardim.

A Prefeitura da capital já recebeu solicitação para construção de ao menos 19 torres no bairro, sendo 13 delas com mais de 30 andares. Neste caso, como os pedidos já foram protocolados, eles não serão afetados pela decisão do TJ, mesmo sem ainda ter obtido o alvará da Prefeitura.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

André Mendonça propõe tese para julgar deep fake no TSE

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), propôs na terça-feira passada uma tese jurídica para balizar os julgamentos sobre uso ilegal de deep fake nas redes sociais durante a campanha eleitoral.

As deep fakes ocorrem pela criação de conteúdo artificial para prejudicar candidatos. A divulgação desse tipo de conteúdo é proibida pelo TSE.

No entendimento de Mendonça, é preciso diferenciar o conteúdo sintético produzido por IA, que tem regras estabelecidas pela Corte, e casos de deep fake, para garantir a segurança jurídica das decisões.

"Considera-se deep fake o conteúdo sintético de áudio, vídeo ou combinação de ambos que, mediante criação, substituição ou alteração digital de imagem ou voz, apresente grau de realismo ou verossimilhança objetivamente apto a produzir falsa percepção de autenticidade quanto a manifestação, comportamento, fato ou circunstância representados", propôs o ministro.

A proposta foi apresentada pelo ministro em uma decisão em que determinou a remoção de um vídeo com imagens do candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL). Na ação, a campanha do candidato argumentou que as cenas eram falsas e foram produzidas



ANDRESSA ANHOLETE/STF

por inteligência artificial (IA). No processo, o ministro diz que a suspensão é necessária por não apresentar registros reais do candidato.

REUNIÃO

Na semana passada, os ministros do TSE começaram a discutir combate às deep fake na campanha. A reunião foi convocada pelo presidente do TSE, Kássio Nunes Marques, para que os ministros possam definir como será a atuação do tribunal nessa questão.

O encontro ocorreu a portas

fechadas e não houve declarações oficiais. A expectativa é que a deliberação sobre o tema seja colocada em prática nas próximas sessões, quando o TSE vai decidir os primeiros casos envolvendo deep fakes na campanha deste ano.

REGRAS

Em março deste ano, o TSE aprovou regras sobre utilização de inteligência artificial durante as eleições gerais de outubro. As normas valem para candidatos e partidos. Os ministros proibiram que provedores de IA per-

mitam, ainda que solicitado pelos usuários, sugestões de candidatos para votar.

O objetivo é evitar a interferência de algoritmos na livre escolha dos eleitores.

Para combater a misoginia digital, o TSE proibiu postagens nas redes sociais com montagens envolvendo candidatas e fotos e vídeos com nudez e pornografia. A Corte Eleitoral também reafirmou que os provedores de internet poderão ser responsabilizados pela Justiça se não retirarem perfis falsos e postagens ilegais de seus usuários.

Nota

TRE-SP MULTA CANDIDATO POR IMPULSIONAR PROPAGANDA NEGATIVA CONTRA LULA E HADDAD

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) condenou o candidato a deputado federal Luiz Camargo (Novo) a pagar multa de R\$ 7,5 mil por propaganda eleitoral irregular. Ele publicou e impulsionou vídeo em que compara o governo Lula ao governo venezuelano de Nicolás Maduro, critica Fernando Haddad (PT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e as urnas eletrônicas. A decisão, publicada no último domingo passado, foi assinada pela juíza auxiliar Claudia Fonseca Fanucchi, da Comissão de Propaganda Eleitoral do TRE-SP, em resposta a

uma representação apresentada pela coligação Desperta São Paulo e pela Federação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV). De acordo com o processo, o vídeo intitulado de Roteiro Venezuela foi publicado e impulsionado por Camargo em suas contas no Facebook e no Instagram no dia 11 de agosto, com pagamento identificado na Biblioteca de Anúncios da Meta. No material, o candidato traça paralelos entre os governos de Lula e Nicolás Maduro, faz perguntas retóricas sobre corrupção, aparelhamento de instituições e alianças com facções criminosas, além de sugerir fraude no processo eleitoral, além de reproduzir um trecho de debate com participação de Fernando Haddad.

QUASE 50 MIL

ICE bate recorde de detenções de imigrantes em julho

O Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês) prendeu quase 50 mil pessoas em julho, o maior número de prisões em um único mês durante o segundo mandato do presidente americano, Donald Trump.

O aumento das prisões relacionadas à imigração mostra que o governo continuou avançando com sua agenda de deportações em massa, apesar de uma mudança de estratégia no início deste ano.

As operações de grande visibilidade em grandes cidades americanas, que provocaram forte reação pública, deram lugar a prisões que receberam menos atenção, mas que ainda assim causaram impactos.

Ao todo, foram realizadas 49.571 prisões em julho, um aumento de 15% em relação a junho, quando foram registradas 43.021 detenções, e de 70% ante fevereiro, quando foram realizadas 29 241 prisões, após o aumento das operações de fiscalização do governo no Estado de Minnesota.

Os dados foram fornecidos pelo ICE ao Deportation Data Project, sediado na Universidade da Califórnia em Berkeley e na Universidade da Califórnia em Los Angeles, e analisados pela Associated Press. As informações foram obtidas por meio de uma ação judicial com base na Lei de Liberdade de Informação

O Departamento de Segurança Interna dos EUA (DHS, na sigla em inglês) praticamente deixou de divulgar dados sobre fiscalização migratória no início do segundo mandato de Trump, o que faz com que as informações do Deportation Data Project sejam uma das poucas fontes de dados sobre a atuação da agência.

Como parte do aumento no número de prisões nas últimas semanas, impulsionado também por uma onda de contratações, o ICE realizou detenções durante abordagens de trânsito.

A agência passou a depender cada vez mais de parceiros das forças de segurança estaduais e locais, que estão assumindo funções de fiscalização migratória. Agentes do ICE também começaram a prender pessoas do Haiti que perderam suas proteções contra a deportação.

O ativista Mark Krikorian, do Center for Immigration Studies, organização que defende restrições mais rígidas à imigração, afirmou que os novos números de prisões mostram que o governo "não interrompeu a fiscalização". "Eles mudaram as táticas e, de certa forma, estão sendo ainda mais eficazes."

Em dezembro de 2024, mês que antecedeu o retorno de Trump ao cargo, foram registradas pouco mais de 8 mil prisões relacionadas à imigração. O número era composto, em grande parte, por imigrantes transferidos de cadeias e prisões municipais ou estaduais e entregues ao ICE para serem retirados do país.

Ao longo de 2025, primeiro ano do segundo mandato de Trump, os números começaram a subir à medida que a administração flexibilizou as res-

trições sobre onde e quem o ICE poderia prender, ao mesmo tempo em que destinou bilhões de dólares à agência. Em dezembro, o número de prisões saltou para 40.177.

Após dois tiroteios fatais em Minnesota, em janeiro, que provocaram protestos e forte reação de parlamentares democratas, as prisões começaram a cair em fevereiro. Depois de permanecerem estagnados por meses, os números dispararam em junho e novamente em julho.

O número de prisões realizadas por departamentos de polícia estaduais e locais que mantêm parcerias com o ICE aumentou significativamente no último ano. Essas parcerias, ampliadas pelo ICE com a ajuda de incentivos financeiros às agências participantes, foram responsáveis por 6,5 mil prisões em julho - cerca de 13% do total. Um ano antes, elas representavam menos de 5% das prisões mensais do ICE.

Texas e Flórida responderam por quase 20 mil das prisões realizadas em julho, em um sinal da importância que esses Estados adquiriram para a agenda de deportações em massa do governo Trump. Ambos têm ampliado significativamente os acordos de cooperação com o ICE, que permitem que forças de segurança estaduais e locais atuem, na prática, como braços da fiscalização migratória federal.

Essa cooperação estreita tem resultado cada vez mais em prisões como a realizada na semana passada em Key West, na Flórida. O gerente do restaurante Half Shell Raw Bar, Bobby Kuchinsky, afirmou na terça-feira, 25, que um de seus funcionários - um imigrante haitiano de 36 anos que fugiu de seu país em 2017 após receber ameaças de morte e solicitou asilo nos EUA - foi preso pela polícia local e entregue ao ICE.

Kuchinsky disse que o homem trabalhava como cozinheiro e supervisor no restaurante e era o principal provedor de sua família. O gerente se recusou a informar a identidade do funcionário por preocupação com a segurança dele enquanto estiver sob custódia.

"Ele era um excelente funcionário, aprendia muito rápido, nunca teve problemas com a lei", disse Kuchinsky, acrescentando que será difícil substituí-lo. "Era um rapaz legal, um homem de família."

ABORDAGEM DISCRETA

O secretário de Segurança Interna dos EUA, Markwayne Mullin, prometeu, durante sua audiência de confirmação no início deste ano, que manteria o ICE longe dos holofotes, sugerindo que a ofensiva migratória do governo poderia adotar uma abordagem mais moderada.

Seu mandato, porém, foi marcado por uma série de tiroteios fatais envolvendo imigrantes em confrontos com agentes do ICE. Os números também mostram que Mullin não se afastou da estratégia de Trump para as deportações em massa.

SANÇÕES DE TRUMP

Irã cobra ação da ONU contra terrorismo econômico dos EUA

LAÍS ADRIANA/AE

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyyed Abbas Araghchi, enfatizou a responsabilidade "legal e moral" das Nações Unidas diante do que chamou de "terrorismo econômico" dos Estados Unidos, em carta enviada ao secretário-geral da ONU, António Guterres. Araghchi pediu que a organização e governantes de todos os países condenem a "ação ilegal e criminosa" da administração de Donald Trump nos EUA.

Nesta semana, autoridades americanas anunciaram duras sanções contra o regime persa e pediram que todos os países "escolhessem lados" na guerra

do Oriente Médio e cortassem laços com Teerã, sob ameaça de possível desligamento do sistema financeiro internacional do dólar.

Em sua carta, Araghchi pede que Guterres, o Conselho de Segurança da ONU e todos os países-membros das Nações Unidas posicionem-se sobre a "política de intimidação e terrorismo" dos EUA, que, segundo ele, "desrespeita o multilateralismo e a diplomacia".

"Depois de fracassarem em alcançar seus objetivos criminosos em duas guerras contra o Irã em 2025 e 2026 ou em incentivar outros países a participarem do conflito, os EUA decidiram forçar Estados soberanos a abandonarem sua pon-

derada decisão de se abster de participar de um ato de agressão, aplicando pressão e coerção", acusou.

O ministro iraniano alegou que a ação americana visa es-tender "extraterritorialmente" a legislação e objetivos da política externa dos EUA a outros países ao forçá-los a alterarem "relações comerciais legítimas".

"Essas ações são contrárias ao princípio da igualdade soberana consagrado no Artigo 2, parágrafo 1, da Carta da ONU, bem como ao direito de todos os países definirem livremente suas políticas econômicas e externas sem interferência de terceiros", disse. "O silêncio da ONU diante de tal intimidação corre o risco de normalizar ain-

da mais as violações à Carta da ONU e aos princípios do direito internacional".

Araghchi citou como exemplo determinados pontos das sanções anunciadas que preveem punições contra indivíduos e entidades "independentemente da sua localização", sob risco de exclusão do sistema financeiro - o que ultrapassaria os limites da jurisdição dos EUA. Ele alertou ainda que esse tipo de ação pode punir coletivamente indivíduos civis, ao privá-los do acesso a alimentos, medicamentos, equipamentos médicos, energia e outros itens de necessidades básicas, contrariando ordens estabelecidas pelo Tribunal Penal Internacional (TPI).

TRAGÉDIA

Ao menos 157 morrem em inundações no Nepal

Pelo menos 157 pessoas morreram ontem, em inundações no Nepal, depois que uma enchente devastadora atingiu uma região na fronteira com o Tibete, informou um porta-voz da polícia à agência AFP.

As imagens divulgadas pela polícia do Nepal mostram um rio transbordando e arrastando várias casas em seu percurso no distrito de Rasuwa, que foi um dos mais afetados.

"Até o momento, 157 mortes foram confirmadas", declarou o porta-voz da polícia do Nepal, Abi Narayan Kafle. Ele acrescentou que 28 policiais também estão desaparecidos. As operações de resgate continuam na região.

A inundação atingiu Syabrubesi, ponto de partida da popular rota de "trekking" de Langtang, assim como outras áreas usadas por viajantes na peregrinação hindu até Kailash Mansarovar.

EUA

Juíza retira obstáculo à ordem de Trump que limita votação por correio

Uma juíza federal dos EUA removeu ontem, um grande obstáculo à ordem executiva do presidente Donald Trump que limita a votação por correio, mesmo enquanto autoridades estaduais democratas apresentam um novo desafio judicial com as eleições de meio de mandato se aproximando rapidamente.

A nova rodada de disputas legais ocorre apenas dois dias após a Suprema Corte emitir uma decisão processual a favor de Trump, e pode significar que a questão chegue novamente à alta corte antes das disputas cruciais pelo controle do Congresso. As primeiras cédulas enviadas por correio estão programadas para serem enviadas na próxima semana.

A juíza distrital dos EUA Indira Talwani, em Boston, concordou em suspender uma ordem que proibia o Serviço Postal dos EUA de executar a ordem de Trump para as eleições de novembro. Ela escreveu que foi "compelida" a fazê-lo após a maioria conservadora da Suprema Corte decidir que uma liminar semelhante que ela concedeu em um caso separado era prematura.

No entanto, Talwani disse que a ordem executiva pode desencadear "caos" e referiu-se a ela como "provavelmente inconstitucional".

A administração agora pode seguir em frente e implementar uma regra do Serviço Postal (USPS, em inglês) publicada na sexta-feira à noite. Ela exige que

os estados sigam um estilo uniforme de envelope para cédulas enviadas por correio e forneçam ao Serviço Postal uma lista de eleitores elegíveis para recebê-las.

Autoridades eleitorais, contudo, alertam que será impossível implementar a medida antes que a primeira leva de cédulas por correio seja enviada na próxima semana.

"Em todo o país, os estados já estão profundamente envolvidos nos preparativos para as eleições de 2026. Agora, no último momento, o governo federal está tentando interferir nesses preparativos e potencialmente ameaçar o direito de voto de inúmeros americanos", disse a procuradora-geral de Nova York,

Letitia James, uma das 25 procuradoras-gerais democratas que entraram com o processo, em um comunicado. "O USPS não tem autoridade para decidir quem pode e quem não pode votar por correio."

A porta-voz da Casa Branca, Lauren Bis, disse ontem que as propostas do Serviço Postal eram "medidas de bom senso que protegem a segurança das cédulas enviadas por correio" e que a administração continuará a trabalhar para implementá-las para aumentar "a segurança e a proteção de nossas eleições".

Conteúdo traduzido com auxílio de Inteligência Artificial, revisado e editado pela Redação do Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado).

Nota

AIEA AFIRMA QUE ENERGIA NUCLEAR PODE SER OPÇÃO SEGURA PARA APLICAÇÕES MARÍTIMAS

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) das Nações Unidas avalia que a energia nuclear "tem potencial para ser uma opção segura e viável para aplicações marítimas", abrindo caminho para uma nova fase de inovação no transporte e na geração de eletricidade no mar. O tema ganhou impulso com o lançamento da iniciativa Atomic Technologies Licensed for Applications at Sea (ATLAS), em Washington, nos dias 26 e 27 de agosto de 2026. No encontro ministerial, 25 Estados-membros da AIEA - entre eles Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, França, Japão, Canadá, Emirados Árabes Unidos e Argentina - defenderam cooperação entre os setores nuclear e marítimo para garantir que qualquer expansão do uso civil da tecnologia no oceano ocorra sob os mais altos padrões de segurança, proteção física e não proliferação.

Um sismo de magnitude 4,9 sacudiu ontem, várias cidades do noroeste da Colômbia sem danos relatados imediatamente, mas gerou incerteza na população após um devastador terremoto registrado há mais de duas semanas.

O Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS, na sigla em inglês) indicou que o sismo ocorreu

às 11h45 locais (13h45 de Brasília) e teve epicentro no município de Jordán, no departamento de Santander, a uma profundidade de 159 quilômetros.

As autoridades não relataram vítimas e a presidência informou que mantinha comunicação com os organismos de gestão de riscos para verificar possíveis afetações.

Em Bucaramanga, capital de

Santander, e em Bogotá, vários edifícios foram evacuados como medida preventiva após soarem os alarmes, segundo publicaram nas redes sociais habitantes dessa cidade.

A Colômbia ainda se recupera do terremoto de magnitude 7,4 de 10 de agosto, o maior registrado até agora neste século, que tirou a vida de mais de 330 pessoas e afe-

tou a infraestrutura em 16 departamentos.

O país busca atender aos mais de 100.000 desabrigados do terremoto e reconstruir milhares de residências, centros médicos e estradas, para o que o presidente Abelardo de la Espriella declarou emergência econômica, buscando arrecadar impostos temporários para enfrentar a emergência.